



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – CAPF
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS – DLE
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA INGLESA

YASMIN SOARES MARTINS

**O DISCURSO POLÍTICO E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA
ANÁLISE DE POSTAGENS DA DEPUTADA ERIKA HILTON NO X**

PAU DOS FERROS - RN

2024

YASMIN SOARES MARTINS

**O DISCURSO POLÍTICO E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA
ANÁLISE DE POSTAGENS DA DEPUTADA ERIKA HILTON NO X**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras Estrangeiras – DLE, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, *Campus* Avançado de Pau dos Ferros – CAPF, como pré-requisito para a obtenção do título de graduada em Letras, habilitação em Letras – Língua Inglesa.

Orientadora: Profa. Ma. Joseane de Souza Oliveira.

PAU DOS FERROS - RN

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

M386d Martins, Yasmin Soares
O discurso político e as questões de gênero e sexualidade: uma análise de postagens da deputada Erika Hilton no X. / Yasmin Soares Martins. - Pau dos Ferros, 2024.
46p.

Orientador(a): Profa. M^a. Joseane de Souza Oliveira.
Monografia (Graduação em Letras (Habitação em Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Erika Hilton. 2. discurso político. 3. gênero e sexualidade. 4. Twitter. I. Oliveira, Joseane de Souza. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

YASMIN SOARES MARTINS

**O DISCURSO POLÍTICO E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA
ANÁLISE DE POSTAGENS DA DEPUTADA ERIKA HILTON NO X**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras Estrangeiras – DLE, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, *Campus* Avançado de Pau dos Ferros – CAPF, como pré-requisito para a obtenção do título de graduado em Letras, habilitação em Língua Inglesa.

Aprovado em Pau dos Ferros/RN, em: 06 de dezembro de 2024.

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente

JOSEANE DE SOUZA OLIVEIRA

Data: 09/12/2024 16:44:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Ma. Joseane de Souza Oliveira (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN



Documento assinado digitalmente

LUCAS SALES BARBOSA

Data: 10/12/2024 15:13:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Lucas Sales Barbosa
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN



Documento assinado digitalmente

FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

Data: 09/12/2024 18:53:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Vieira da Silva
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

A todos aqueles que lutaram para conquistar seu direito de existir, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, por serem o pilar que me sustenta nos momentos de dificuldade.

Aos meus amigos do “Ohana”, “Comentários Infelizes” e “Pantheon”, que me ajudam a enfrentar os percalços encontrados pelo caminho e que compartilharam essa árdua jornada com leveza, enfrentando as dificuldades com piadas e acolhimento.

À Henrique, que me ajudou a evoluir diante das minhas limitações.

Aos professores da graduação, por todas as trocas de conhecimento no decorrer do curso e conselhos para a atuação profissional.

À minha orientadora, professora Joseane, que, mais do que uma mentora nesse processo, se tornou amiga.

À banca examinadora, professor Lucas Sales Barbosa e professor Francisco Vieira da Silva, pelas sábias contribuições com o nosso trabalho.

E, por fim, todos aqueles que participaram da minha vida e contribuíram direta ou indiretamente para que esse momento fosse possível.

RESUMO

Os discursos políticos desempenham um papel central na promoção de visibilidade e inclusão para grupos historicamente marginalizados. Neste contexto, o presente trabalho se dedica à análise das postagens da deputada federal Erika Hilton na rede social X, buscando compreender como essas mensagens contribuem para inserir questões de gênero e sexualidade no debate público. Analisar, a partir de postagens da deputada federal Erika Hilton, promove a inserção das questões de gênero e sexualidade no discurso político. Utiliza sua atuação na rede social X para defender questões de gênero e promover visibilidade para a comunidade LGBTQIAPN+. O trabalho se fundamenta nas teorias de Michel Foucault e Patrick Charaudeau, explorando as relações entre discurso, poder e representatividade. Temos como objetivo geral: analisar os discursos da deputada Erika Hilton na rede social X, com foco em questões de gênero e identidade. Para isso, nos dividimos em três objetivos específicos: observar como a parlamentar se posiciona sobre questões de gênero e identidade em suas postagens; descrever os recursos discursivos utilizados para fundamentar sua defesa das pautas LGBTQIAPN+; refletir sobre a representatividade dessa comunidade nas postagens destacadas no perfil da deputada. Em relação aos processos metodológicos, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa e descritivo-interpretativa. Foram analisadas três postagens da deputada, retiradas da seção de "destaques" de seu perfil oficial, publicadas entre 2023 e 2024. Essas postagens, compostas por textos e vídeos, abordam diretamente as questões LGBTQIAPN+. A análise evidenciou o uso de recursos discursivos como o *ethos* de engajamento, lucidez e autoridade. A deputada combina vivências pessoais e atuação política para reforçar seu papel como representante da comunidade LGBTQIAPN+. As análises demonstram que Erika Hilton utiliza sua atuação nas redes sociais para ampliar a visibilidade e combater discursos de exclusão, contribuindo para a legitimação das pautas LGBTQIAPN+. A monografia conclui que figuras públicas como Hilton desempenham papel essencial na promoção da igualdade e inclusão no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Erika Hilton; discurso político; gênero e sexualidade; X; *Twitter*.

ABSTRACT

Political discourses play a central role in promoting visibility and inclusion for historically marginalized groups. In this context, this work is dedicated to analyzing the posts of federal deputy Erika Hilton on the social network X, seeking to understand how these messages contribute to inserting issues of gender and sexuality into the public debate. The aim of this study is to analyze how the posts of federal deputy Erika Hilton promote the inclusion of gender and sexuality issues in political discourse. She uses her work on the social network X to defend gender issues and promote visibility for the LGBTQIAPN+ community. The work is based on the theories of Michel Foucault and Patrick Charaudeau, exploring the relationships between discourse, power and representativeness. Our general objective is to analyze the speeches of Congresswoman Erika Hilton on the social network X, with a focus on gender and identity issues. To this end, we have divided the study into three specific objectives: to observe how the MP positions herself on issues of gender and identity in her posts; to describe the discursive resources used to support her defense of LGBTQIAPN+ agendas; and to reflect on the representativeness of this community in the posts highlighted in the MP's profile. In terms of methodological processes, the research follows a qualitative and descriptive-interpretative approach. We analyzed three of her posts, taken from the "highlights" section of her official profile, published between 2023 and 2024. These posts, made up of texts and videos, directly address LGBTQIAPN+ issues. The analysis showed the use of discursive resources such as the ethos of engagement, lucidity and authority. The MP combines personal experiences and political action to reinforce her role as a representative of the LGBTQIAPN+ community. The analysis shows that Erika Hilton uses her work on social networks to increase visibility and combat exclusionary discourses, contributing to the legitimization of LGBTQIAPN+ agendas. The monograph concludes that public figures like Hilton play an essential role in promoting equality and inclusion in contemporary Brazil.

Keywords: Erika Hilton; political discourse; gender and sexuality; X; *Twitter*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional	32
Figura 2 – Frente Parlamentar LGBTQIA+	35
Figura 3 – Casamento igualitário: eu digo sim	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	AS NUANCES DO DISCURSO	14
2.1	Discurso e Poder	15
2.2	Discurso, Identidade e Sexualidade	18
3	O DISCURSO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS	22
3.1	Discurso Político	22
3.2	Discurso Político no X	26
4	METODOLOGIA	29
4.1	Caracterização da pesquisa	29
4.2	Procedimentos de coleta de dados	29
4.3	Procedimentos de análise de dados	31
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	32
6	CONCLUSÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a visibilidade e a representatividade de minorias sociais têm ganhado espaço significativo no debate público, impulsionadas por movimentos sociais e figuras públicas comprometidas com a igualdade e justiça social. No Brasil, esse movimento reflete-se em diversos contextos, sobretudo nas ações e discursos de parlamentares que representam grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas LGBTQIAPN¹, pessoas pretas e outras minorias.

A representação de minorias em discursos públicos tem sido um tema central nas ciências sociais, especialmente no que tange à influência que esses discursos exercem sobre a percepção pública e a formulação de políticas inclusivas. A Deputada Federal Erika Hilton emergiu como uma figura proeminente na defesa dos direitos de várias minorias, utilizando suas plataformas nas redes sociais e no legislativo para promover uma agenda inclusiva e igualitária². Resolvemos analisar essa temática, uma vez que, o Brasil nos anos de 2018 a 2022 passou por um governo em que o presidente da república declamava publicamente falas que denotam preconceitos diversos, inclusive contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

Erika Santos Silva, conhecida como Erika Hilton, foi eleita Deputada Federal do estado de São Paulo nas eleições de 2022, sendo a primeira mulher trans a liderar uma bancada no congresso (Menezes, 2024)³. A deputada tem uma trajetória marcada por lutas, na sua vida pessoal e também no âmbito político. Ainda na adolescência a parlamentar encarou o preconceito dentro de sua própria casa quando foi expulsa, pois sua família não a aceitava (Menezes, 2024), nesse meio tempo Hilton ficou fora da escola e precisou viver da prostituição.

¹ Sigla usada para denominar pessoas que não seguem o padrão heteronormativo e binário. A "Heteronormatividade é um sistema hegemônico de normas, discursos e práticas que constrói a heterossexualidade como natural e superior a todas as outras expressões de sexualidade." (Robinson, 2016, p. 1, tradução nossa). O termo "binário" refere-se a um sistema que reduz as opções a apenas duas alternativas opostas, como sim/não ou masculino/feminino, excluindo a existência de outras possibilidades que possam transitar entre esses extremos.

² Hilton ganhou ainda mais notoriedade na segunda semana de novembro de 2024, quando movimentou a *internet* devido a proposta da PEC – Proposta de Emenda à Constituição, juntamente com o vereador Rick Azevedo, que visa o fim da escala 6x1. Para que essa PEC possa começar a tramitar, é necessário apoio de pelo menos 171 Deputados, tal meta foi alcançada no dia 13 de novembro de 2024.

³ A fonte consultada não é paginada.

Após alguns anos sua mãe a “resgata”⁴ e a deputada tem a oportunidade de terminar seus estudos da educação básica e inicia sua vida acadêmica. A deputada aponta que sua vontade de fazer política tem início paralelamente com sua entrada na universidade (Hilton, 2023). Nessa fase Hilton sentia a necessidade de entender as questões sociais da sua cidade, São Carlos-SP. A partir desse momento, a parlamentar se envolve em movimentos estudantis, funda um cursinho pré-vestibular para pessoas transexuais e travestis, fez parte de um mandato coletivo⁵ no estado de São Paulo como Co-Deputada Estadual, mas decidiu sair do mandato por julgar que as experiências não a “agradaram” (Hilton, 2023).

Saindo do mandato coletivo, Hilton decide se candidatar nas eleições municipais de São Paulo, com o objetivo de ocupar uma das cadeiras de vereadora na câmara. Em 2020, ano de sua candidatura para vereadora, Érika Hilton alcança o marco de ser a mulher mais votada para vereadora em todo o Brasil, se tornando “a primeira trans eleita para a Câmara Municipal paulistana, com mais de 50 mil votos”⁶. Em seguida, se candidatou para Deputada Federal de São Paulo, se elegendo e sendo a primeira Deputada Federal trans e negra.

A deputada torna-se uma escolha relevante por fazer parte da minoria que pretendemos analisar e usar de sua voz para se posicionar pelos direitos desse grupo. Além disso, levamos em consideração a popularidade da deputada e suas conquistas na vida política. Em 2022 Hilton tornou-se a primeira Deputada Federal trans e preta eleita no Brasil, atualmente, a parlamentar é titular da comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

Ao contextualizar o trabalho dentro do cenário político e social contemporâneo, pretende-se analisar a produção e o funcionamento dos discursos dessa deputada, mas também contribuir para um entendimento mais profundo das estratégias de resistência e afirmação de identidades minoritárias no Brasil. Em razão disso, a seleção deste tema foi guiada por várias perguntas de pesquisa fundamentais, que ajudaram a moldar os objetivos e a direção do estudo. Essas perguntas incluem:

⁴ Termo usado pela deputada em entrevista cedida para o canal “Reinaldo Azevedo” no *YouTube*

⁵ O mandato coletivo tem por objetivo “[...] aproximar os anseios de uma sociedade plural no legislativo, constituindo-se como uma das formas de renovação do sistema representativo.” Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-mandato-coletivo-uma-afirmacao-da-democracia-participativa-no-brasil/1182943303?msocid=20fb2225bc1d645e12773185bd156526>. Acesso em: 13 out. 2024.

⁶ Disponível em: <https://psolcamarasp.com.br/erikahilton/>. Acesso em: 13 out. 2024.

- Como a deputada Erika Hilton utiliza seu perfil na rede social X⁷ para se posicionar sobre questões de gênero e identidade, especialmente no contexto político atual?
- De que maneira suas postagens refletem seu engajamento com a causa LGBTQIAPN+ e suas visões sobre os direitos das minorias de gênero?
- Quais recursos discursivos são empregados pela deputada na construção das postagens para articular sua defesa das causas LGBTQIAPN+ em seu discurso político?

Este estudo propôs analisar, a partir de postagens da deputada federal Erika Hilton, a promoção da inserção das questões de gênero e sexualidade no discurso político em sua rede social X, com foco nas questões relacionadas aos grupos marginalizados no Brasil, em particular a comunidade LGBTQIAPN+. A relevância desse trabalho foi notória, pois abordou um tema atual e relevante e que apontou para as mutações do discurso político. Espera-se que os resultados deste trabalho ampliem a compreensão social de reconhecer e legitimar esse grupo no contexto nacional.

Dentro dessa perspectiva, Foucault (1996, 1999) explorou a relação entre poder e discurso, mostrando como as práticas discursivas moldam e são moldadas pelas estruturas de poder. Além disso, Charaudeau (2006, 2011) trouxe elementos presentes nos discursos políticos. Com base nas teorias desses autores, este estudo teve como objetivo geral analisar o discurso político da Deputada Federal Erika Hilton na rede social X. Para isso, o objetivo foi desmembrado em três específicos: observar como a legisladora se pronuncia em seu perfil sobre questões de gênero e identidade; descrever os recursos discursivos utilizados pela parlamentar para fundamentar sua defesa; e refletir sobre a representatividade da comunidade LGBTQIAPN+ nos destaques do perfil oficial da Deputada Federal.

Nosso trabalho se divide em seis seções. A primeira, intitulada "Introdução", apresenta os objetivos, a justificativa e as problemáticas, além de situar o trabalho no contexto atual, explicando o que será feito e como será realizado. A segunda seção, chamada "As nuances do discurso", aborda o percurso da análise do

⁷Antigo *Twitter*. A rede social que hoje é conhecida como X, sofreu alterações após a compra da empresa pelo empresário Elon Musk, uma das mudanças realizadas foi a troca do nome e algumas limitações do uso da rede, como por exemplo a quantidade de publicações que os usuários podem visualizar por dia e outros recursos que se tornaram pagos.

discurso, mostrando como poder e discurso se entrelaçam, além de analisar a construção das identidades. Na seção seguinte, discutimos o discurso político, destacando os principais recursos utilizados por figuras da gerência pública. A seção de Metodologia explica o passo a passo adotado para a concretização do nosso trabalho. Em “Análise e discussão dos resultados”, integramos a teoria apresentada nas seções 2 e 3 com a parte prática discutida na seção 4. Por fim, a seção “Considerações finais” apresenta os resultados alcançados, explicando como os objetivos foram concretizados e apontando as perspectivas para pesquisas futuras.

2 AS NUANCES DO DISCURSO

Discurso é um termo amplamente utilizado na nossa sociedade, mas o uso corrente não corresponde ao entendimento adotado pelos analistas do discurso. No entendimento popular, “discurso” é compreendido como uma fala elaborada, dita em situações específicas entre outras circunstâncias (Fernandes, 2008). No entanto, na área de estudos linguísticos, o discurso é tratado como objeto de análise que

[...] implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. (Fernandes, 2008, p. 12)

Dessa forma, a análise do discurso não se limita à interpretação literal das palavras, mas aprofunda-se na investigação dos contextos históricos e sociais que moldam e influenciam nos dizeres, buscando revelar as camadas de sentido subjacentes e as relações de poder que permeiam esses enunciados. Nesse sentido, para chegar ao objeto de estudo adotado na atualidade, a Análise do Discurso (doravante, AD) passou por três fases. Estudiosos como Nascimento (2010) detalham as três épocas da AD em seus trabalhos.

A primeira fase da Análise do Discurso foi impulsionada pela publicação de “*Analyse automatique du discours*”⁸ de Pêcheux e o artigo “Lexicologia e análise do enunciado” de Dubois, no final dos anos 1960 na França. Este período focou na análise de textos políticos, refletindo o contexto sociopolítico da França na época. Pêcheux, figura central na AD, introduz o conceito de **maquinaria discursiva-estrutural**, sugerindo que os discursos são construídos dentro de uma estrutura restrita, alimentando-se de seu próprio sistema. Como afirma Nascimento (2010, p. 30), “Pêcheux insere o discurso como parte de um mecanismo em funcionamento pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais, nem globalmente universais.” Assim, indivíduos inseridos nesse contexto tendem a produzir textos semelhantes. Para validar essa teoria, Pêcheux analisou dois discursos de ideologias divergentes, observando que cada discurso se repete em seu sistema, indicando uma reprodução inconsciente de discursos.

⁸ Análise automática do discurso.

Na segunda fase da AD, embora os procedimentos analíticos sejam mantidos, o foco muda para as relações de forças desiguais entre processos discursivos. Pêcheux (1997b, p. 314 *apud* Nascimento, 2010, p. 33) destaca que os discursos, embora influenciados por grupos fechados, também sofrem interferências externas, refletindo a complexidade das interações ideológicas. O termo Formação Discursiva emerge, representando diálogos entre diferentes estruturas. Os sujeitos continuam vistos como assujeitados, tanto pela percepção das relações ideológicas quanto pelas formações discursivas.

A última fase, chamada de **fase da desconstrução** por Nascimento (2010, p. 35), é marcada por Pêcheux questionando e redefinindo conceitos anteriores. A ideologia é percebida como heterogênea, com diversas perspectivas dentro de cada formação discursiva. O sujeito tem seu assujeitamento reduzido, reconhecendo-se como parte de uma pluralidade de vozes dentro de sua ideologia. Foucault, nesse contexto, propõe que a AD “se volta para questões de alteridade e da heterogeneidade” (Nascimento, 2010, p. 36).

Foucault também introduz o conceito de **memória discursiva**, fundamental para novos estudos na AD, e o interdiscurso, proposto por Bakhtin. A memória discursiva é composta por conhecimentos socialmente constituídos que moldam discursos em um dado momento histórico. O interdiscurso representa os discursos circulantes na sociedade que influenciam os falantes na produção de seus próprios discursos, evidenciando a dinâmica entre discursos individuais e sociais. Esses conceitos nos ajudam a compreender como os discursos interagem e se constroem mutuamente, revelando as complexas relações entre as práticas sociais e as identidades em formação. Com isso, podemos compreender a importância desses processos para entender como o discurso se entrelaça com o poder.

2.1 Discurso e Poder

Após entendermos as fases que a AD percorreu e o conceito de discurso e sua intrínseca relação com a sociedade, Foucault (1996) determina a sociedade como ferramenta que é regulada por discursos e ao mesmo tempo é a reguladora deles. Em “A Ordem do Discurso” o filósofo supõe que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996, p. 9).

Para Foucault (1996), nossa sociedade estabelece processos de **exclusão** que regulam não apenas o que pode ser dito, mas também como e em quais contextos certos discursos são permitidos, além de definir a validade dos temas abordados. Um dos principais mecanismos dessa exclusão é a **interdição**, que refere-se às normas sociais que delimitam o que deve ou não ser dito. Nesse sentido, o referido autor divide as interdições em três dimensões: o **tabu do objeto**, que aborda temas considerados sensíveis ou perigosos para a sociedade; o **ritual da circunstância**, que estipula as condições adequadas para a propagação de um discurso, como o espaço e os interlocutores; e o **direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala**, que define quem tem a autoridade para abordar temas polêmicos, geralmente aqueles que detêm poder político, intelectual ou social.

Além disso, Foucault (1996) identifica outros mecanismos de exclusão, como a **separação e rejeição**, ilustrados pela dicotomia entre razão e loucura. O autor ainda utiliza o exemplo dos discursos de pessoas com sofrimentos psíquicos, que foram invalidados por não se conformarem ao discurso da maioria, sendo assim marginalizados. Essa separação resultou na exclusão social dos loucos, mas também revela uma tensão: ao mesmo tempo em que são rejeitados, seus discursos podem ser vistos como poderosos ou inovadores justamente por desafiam a ordem discursiva dominante.

A ambivalência entre esses discursos destaca a complexidade das relações de poder que moldam o discurso e a constante negociação entre o que é incluído e o que é excluído. Assim, os processos de exclusão operam tanto pela marginalização quanto pela potencial recuperação de discursos fora da norma, evidenciando o caráter dinâmico do poder. É importante reforçar ainda que essas relações de poder são exercidas por toda a sociedade, indo da classe trabalhadora, política, burguesia e clero.

Nessa perspectiva, Foucault (1999) introduz o conceito de biopoder para explicar como os discursos são regulados. O biopoder é uma forma de poder que, diferentemente dos poderes anteriores, não utiliza a violência física para controlar as

peças, mas sim mecanismos políticos que mantêm a sociedade em constante vigilância. Assim, os sujeitos não apenas são vigiados, mas também passam a vigiar uns aos outros. Para compreender melhor essa nova forma de poder, é necessário olhar para o passado e entender as razões que levaram à sua ascensão na sociedade atual.

Por muito tempo, o poder soberano tomou conta das civilizações, este poder estava centrado em pessoas que historicamente eram vistas como merecedoras de tal soberania, esses grupos eram compostos por donos de terras, a monarquia e outras classes que compartilham dessa autoridade. Neste tipo de poder as autoridades atuavam sobre o direito da vida, decidindo se causava a morte ou deixava viver (Foucault, 1999).

A partir do século XVII, o poder passa por uma transformação, deixando de ser o poder com “[...] direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culmina com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”. (Foucault, 1999, p. 126) para outras formas de controlar ou causar temor nas pessoas, por meio de funções como “[...] incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (Foucault, 1999, p. 127).

A priori, Foucault (1999) divide o biopoder em dois polos. O primeiro diz respeito diretamente à espécie humana, trazendo questões como controle da população e temáticas voltadas à espécie em si, por exemplo o controle da reprodução. O segundo polo, aborda questões voltadas ao corpo, como sendo um objeto capaz de ser manipulado. Neste polo são desenvolvidas tecnologias de poder para controlar o ser objetificado, com o propósito de torná-lo um “corpo dócil”, esse termo é utilizado para explicar o processo de tornar as pessoas submissas às instituições que os comandam, com o objetivo de fazer com que esses corpos se tornem mais obedientes e produtivos. Dessa forma, o conceito trazido por Foucault (1999) de “corpo dócil” reflete o resultado das tecnologias de poder que buscam disciplinar e otimizar os corpos, fazendo com que eles sejam úteis e submissos às instituições de poder.

Foucault aponta o capitalismo como o principal agente de mudança para que o biopoder tomasse as proporções que foram percebidas na época e perdura até a

atualidade. Uma vez que, o objetivo principal do biopoder é formar corpos dóceis e produtivos, fazendo assim com que os sujeitos sejam menos propensos a afrontar os agentes dominantes, fator que contribui com o modelo de produção.

Mecanismos de controle do discurso como a interdição e o biopoder estão intrinsecamente ligados ao controle do sujeito, uma vez que, seguindo o conceito de discurso da AD, é por meio das nossas falas que revelamos posicionamentos discursivos que formam nossas identidades. Foucault apresenta o termo assujeitamento como o processo que nos torna sujeitos. Butler (2017) traz a sujeição como o fato de estarmos intrinsecamente ligados a um discurso que não escolhemos, mas que, de maneira paradoxal, dá início e mantém nossas ações. Em outras palavras, a sujeição refere-se tanto à condição de ser dominado pelo poder quanto ao processo de se tornar um sujeito.

Desse modo, o assujeitamento não é apenas uma condição de submissão ao poder, mas também um meio pelo qual nos constituímos como sujeitos capazes de agir e interagir dentro das estruturas sociais. Essa dualidade evidencia a complexidade da formação da identidade, onde somos moldados e, ao mesmo tempo, moldamos as narrativas que nos cercam. Ao compreender os conceitos apresentados por Foucault acerca do biopoder e os processos de exclusão, partimos para a identificação de como as identidades são construídas dentro desses contextos teóricos.

2.2 Discurso, Identidade e Sexualidade

Identidade e poder não podem ser desassociados, uma vez que, Foucault estabelece o assujeitamento como processo principal que nos torna sujeitos. Partindo desse pressuposto, é imperativo analisar como as identidades *queer*⁹ são construídas dado que esse grupo frequentemente tem seu direito de existir negado, fator que impõe limites ao reconhecimento e à visibilidade dessas identidades.

⁹ Termo que advém do inglês, “[...] pode ter função de substantivo, adjetivo ou verbo, mas em todos os casos se define em oposição ao ‘normal’ ou à normalização. [...] O termo descreve uma gama diversificada de práticas e prioridades críticas; interpretações de representação entre pessoas do mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e imagens; análises das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero; estudos sobre identificação transexual e transgênero, sobre sadomasoquismo e sobre desejos transgressivos” (Spargo, 2017, p. 13).

Ao longo dos anos, a sociedade atribuiu diversos sentidos no que concerne sexo/sexualidade, e isso se relaciona com as relações de dominância que ocorreram ano após ano. Dreyfus e Rabinow (1995) remontam a visão de Foucault acerca do sexo na história humana. Para os respectivos teóricos:

A tese de Foucault é que a sexualidade foi inventada como um instrumento-efeito na expansão do biopoder. Ele não contesta, realmente, a cronologia histórica padrão, que vê uma mudança no século XVIII, e especialmente no século XIX, de uma sexualidade, que é relativamente livre, um aspecto indiferenciado da vida cotidiana, para outra, que é controlada e vigiada. (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 185)

Isto posto, na passagem do século XVIII para o XIX, temos um momento histórico que marca a ascensão da burguesia com a revolução industrial, dando início ao capitalismo (Silva, *et al.* 2015), fator que Foucault associa como estímulo para o nascimento do biopoder. Esse novo contexto econômico trouxe não apenas mudanças nas relações de trabalho, mas também na configuração das famílias, onde a heteronormatividade se tornou um padrão desejado para sustentar a estrutura social capitalista.

Dreyfus e Rabinow (1995, p. 188) distinguem o conceito de sexo e sexualidade na visão de Foucault. O sexo está ligado a uma “questão familiar”, que envolve um conceito mais voltado para aquele que se liga ao casamento e à procriação, o que ele define como uma criação de aliança; enquanto sexualidade é uma “questão individual” que expressa os prazeres individuais, aquele ligado à carne. Essa questão individual é também denominada em Foucault como “dispositivo da sexualidade”. Esse dispositivo compõe um conjunto de práticas e discursos que moldam a compreensão da sexualidade e influenciam a identidade dos indivíduos.

Foucault (1999) pressupõe que, como forma de regular a força de trabalho por volta do século XVIII, foi necessário controlar a sexualidade, ditando a forma que os indivíduos deveriam se relacionar. Para isso, três forças se uniram para difundir como as práticas sexuais deveriam ser reproduzidas. Essas forças uniam o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. O direito canônico se refere às normas da Igreja Católica sobre a vida religiosa, como os sacramentos e o casamento. A pastoral cristã envolve o trabalho da Igreja para guiar espiritualmente seus fiéis, aplicando os ensinamentos da fé no dia a dia. Já a lei civil diz respeito às normas

legais de um país, abrangendo questões como o casamento civil. O que dizia respeito à religião ditar como pecado grave eram: “estupro (relações fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a ‘carícia’ recíproca.” Já nos tribunais, “podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade” (Foucault, 1999, p. 34).

Partindo dessa visão, Butler (2018, p. 21) aborda a distinção entre sexo e gênero; a autora explicita que “a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído”. Nesse trecho, podemos entender “sexo” como as características físicas que a ciência define como feminino/masculino biologicamente. Enquanto gênero seria uma identidade construída e reconhecida ao longo do tempo. Nessa direção, as identidades *queer*, portanto, desafiam essa construção, mostrando que o gênero não é apenas uma questão de binarismo, mas sim um espectro de expressões que podem ser fluidas e diversas.

Spargo (2017) levanta questionamentos sobre a concepção de Foucault acerca da sexualidade, uma vez que, segundo a autora, Foucault argumenta que “[...] a sexualidade não é um aspecto ou fato natural da vida humana, mas uma categoria da experiência que foi construída e tem origens históricas, sociais e culturais, mas não biológicas” (Spargo, 2017, p. 15). Spargo (2017) contra-argumenta esse levantamento de Foucault, afirmando que

A sexualidade, assim como gênero, parece simplesmente estar *aí*, mas também parece ser especial, pessoal, uma questão relativa a nossos ‘desejos profundos’ – quem queremos, o que queremos, como queremos. É algo dentro de nós, uma propriedade, nossa propriedade. Por outro lado, tanto investimento na crença de que a sexualidade é natural, não significa que ela seja (Spargo, 2017, p. 15, grifo da autora).

Spargo (2017) acrescenta que esse pensamento de Foucault não anula as dimensões biológicas, mas que o foco em seus trabalhos era o papel das instituições e dos discursos na construção da sexualidade. Para ele, a sexualidade é amplamente moldada por normas sociais, práticas discursivas e estruturas institucionais, que atuam de forma a definir, regular e até limitar o que compreendemos como desejo, identidade de gênero e orientação sexual.

A análise das identidades *queer* sob a perspectiva de Foucault revela a complexa relação entre poder e sexualidade, evidenciando como a construção social da sexualidade é moldada por instituições e discursos. Ao explorar como o biopoder e as normas sociais influenciam a vivência das identidades LGBTQIAPN+, fica claro que a sexualidade não é uma característica natural, mas uma construção histórica que merece ser desafiada. Assim, o trabalho de Foucault e as contribuições de Butler e Spargo oferecem uma base sólida para entender a fluidez das identidades de gênero e sexualidade, incentivando uma reflexão crítica sobre as normas que cercam a expressão das identidades no contexto contemporâneo. Com isso exposto, podemos avançar o debate para entender como os discursos políticos se constituem e as implicações de sua construção.

3 O DISCURSO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS

3.1 Discurso Político

No que diz respeito ao discurso político, é crucial observar como esse fenômeno envolve tanto o controle de massas quanto a expressão de ideologias dominantes. O discurso político é utilizado não apenas como ferramenta de persuasão, mas também como forma de moldar a percepção pública, gerir o comportamento social e consolidar as relações de poder. Através da retórica, os políticos conseguem influenciar o comportamento e o pensamento da população, criando narrativas que favorecem seus objetivos e justificam suas decisões. Nesse sentido, o discurso torna-se um espaço de disputa pelo poder, onde as palavras não apenas descrevem a realidade, mas também a constroem.

Fairclough (2013) discute a presença de conteúdos implícitos no discurso, fazendo uma distinção importante entre duas dimensões quando falamos de língua e poder: o **poder no discurso** e o **poder por trás do discurso**. O poder no discurso se refere às relações de poder que são visíveis na linguagem, como a figura da autoridade que guia o que é dito e quem tem a voz predominante na conversa. Por outro lado, o poder por trás do discurso aborda as normas sociais que influenciam os discursos de forma mais sutil. Isso inclui regras sobre o que deve ser falado, como deve ser falado e as convenções que moldam a comunicação dentro de um determinado contexto social.

Partindo de uma visão semelhante a de Fairclough (2013), Charaudeau (2011) aponta que nos discursos devemos perceber a palavra tanto pelo que ela diz, quanto por aquilo que não é dito. Isso significa que, não podemos levar o que é dito como verdade absoluta e, para além disso, devemos perceber aquilo que é oculto no que é dito. Quando passamos para o discurso político, isso se torna ainda mais importante, uma vez que, as palavras utilizadas podem influenciar a percepção pública e moldar decisões coletivas.

Charaudeau (2006, p. 255) destaca três pontos de vista sobre o que é a política, que são frequentemente apontados quando falamos sobre discurso político. Primeiramente, temos a definição de Max Weber, que pressupõe que “[...] o poder político está diretamente relacionado à dominação e à violência, seguindo uma

hipótese geral: as relações humanas se fundam nas relações de dominante a dominado.” Trazendo essa afirmação para o contexto político, Charaudeau (2006) traz o Estado como sendo esse agente dominante, impondo sua autoridade para a população. Contudo, essa dominação só se concretiza quando o dominado, de alguma forma, consente ou aceita essa posição.

A segunda visão apresentada por Charaudeau (2006, p. 256) é a de Hannah Arendt, que acredita que “[...] o poder político resulta de um consentimento, de uma vontade dos homens de ser e de viver juntos.” Isso significa que, na visão de Arendt, o poder político não deve ser algo a se temer, muito pelo contrário, deve ser um espaço em que a opinião, a participação, é algo que colabora para o bem comum.

Por fim, Charaudeau (2006) apresenta a visão de Jürgen Habermas, que traz um misto dos dois últimos conceitos, para isso, ele propõe a distinção entre o **poder comunicacional** e o **poder administrativo**. O poder comunicacional diz respeito à liberdade do povo de exprimir suas opiniões uns com os outros, sem precisar de um agente ou espaço regulador para o fazer. Esse conjunto de interações entre a população feito de forma livre, sem organização, é chamada de **opinião pública**. Por outro lado, o poder administrativo se refere à uma relação de dominância, usando do poder político para controlar e regular as interações sociais e garantir a ordem.

Partindo da premissa do que é poder segundo Habermas, Charaudeau (2011) propõe duas instâncias. A **instância política**, que diz respeito aos políticos, que trabalham para o povo e sua função é realizar a ação política, agindo em função do que é possível na realidade, enquanto do outro lado temos a **instância cidadã**, que se trata do povo que escolhe os participantes da instância política para que eles realizem aquilo que seria desejável. Isso implica que a instância política deve articular suas ações de forma a convencer a instância cidadã de que está promovendo o que realmente é desejado.

Para conquistar a instância cidadã do que é proposto, o político pode usar de algumas estratégias discursivas. Dentre essas estratégias discursivas, Charaudeau (2006) traz: a **palavra de promessa**, **palavra de decisão**, **palavra de justificação**, **palavra de dissimulação**. Na palavra de promessa o político deve combinar as seguintes ações: mostrar de forma clara como combater um mal que afeta a sociedade, de forma que a população compre essa ideia, podendo usar da razão e

da emoção para comover o povo, por meio de vários tipos de encenações. Mas “dentro da *governança*, a atividade é mais delicada. Fora da *governança*, basta que ela tenha a força do profetismo” (Charaudeau, 2006, p. 259, grifo do autor).

Com a **palavra de promessa**, são desencadeados mais três tipos de palavras. A **palavra de decisão** é uma palavra de ação, tomando lado em conflitos, identificando problemas existentes, buscando medidas para solucionar o problema detectado, e é importante mencionar que tudo isso parte da enunciação. A outra palavra que Charaudeau (2006) traz é a **palavra de justificação**, esse tipo de discurso focaliza em dar justificativas do porquê determinadas ações foram tomadas, sem necessariamente significar que foi um erro, mas para deixar claro a razão pela qual tais atos foram executados.

Por fim, temos a **palavra de dissimulação**. Quando tratamos de discursos políticos devemos lembrar que nada é dito por acaso, o ator político consegue prever, segundo Charaudeau (2006, p. 261), “[...] as críticas de seus adversários, os efeitos perversos da informação midiática e os movimentos sociais que deve tentar antecipar e neutralizar.” Isso implica dizer que os discursos políticos são compostos por um intenso jogo de máscaras, que são compostos por aquilo que é dito, bem como pelo não dito.

A palavra de dissimulação nos encaminha para outra divisão da construção do discurso, a **mentira**. Em todos os ambientes, principalmente na política, é sabido que não se pode dizer tudo, em todo lugar, de qualquer forma, dito isso, Charaudeau (2006) aponta quatro estratégias para a construção de um discurso político que atinja o que o ator político deseja alcançar. A primeira estratégia mencionada é a **estratégia do vago**, nesse caso pode ser feita uma promessa que não seja considerada tão marcante ao ponto de cair no esquecimento, mas, apesar disso, o agente político deve passar credibilidade para a população, de modo que eles acreditem em sua ideia.

A **estratégia do silêncio**, nesse caso o foco é manter algumas ações em segredo para que grupos ou a população no geral não se revolte contra o ator político ou até mesmo ao Estado, tendo ainda o objetivo de não causar desespero nos cidadãos. Apesar dessas ações serem mantidas em segredo, não significa necessariamente que vai ser algo contra o bem comum. Em seguida Charaudeau (2006) apresenta a **estratégia de denegação**, essa estratégia visa isentar o ator

político de problemas legais, ele usa do blefe para afastar possíveis acusações de seus aliados políticos.

A última estratégia apresentada por Charaudeau (2006) é a **estratégia da razão suprema**. Nessa abordagem, o político justifica suas ações como sendo em nome de um bem maior, algo que ele afirma ser indispensável para a sociedade que representa. Assim, o político busca convencer a instância cidadã de que sua proposta ou decisão é necessária e inevitável, levando o povo a aceitar ou até mesmo apoiar suas ações, tornando-se cúmplices nesse processo, uma vez que acreditam que o resultado final os beneficiará.

Além das estratégias e das palavras, Charaudeau (2006) apresenta ainda as condições da palavra política, que são referentes às relações de persuasão. Apresentando as **condições de simplicidade**, **condições de credibilidade** e as **condições de dramatização**. A **condição de simplicidade** tem como objetivo tornar a linguagem mais clara para que grande parte da população compreenda a mensagem que o político deseja transmitir. Para isso ser efetuado, Charaudeau (2006) apresenta alguns passos, o primeiro passo apresentado é **simplificar as ideias**, isso pode comprometer a ideia de fato, uma vez que alguns conceitos não são tão simples de reduzir sua complexidade. Outra forma é **simplificar o raciocínio**, esse se assemelha com simplificar as ideias, a política adequa a linguagem para os cidadãos de modo que eles entendam a mensagem e busquem aderir a linha de pensamento proposta.

Para isso ser efetuado, Charaudeau (2006) apresenta três ramificações, que são chamadas de **raciocínio causal**. A primeira é um dito **principal**, que se refere à ideia de que políticos utilizam problemas sociais, ou causas que a sociedade deseja ver melhoradas, como justificativa para promover suas propostas e políticas. Desse modo, eles procuram fazer com que a população se convença de suas propostas por uma questão moral, no sentido de, “para melhorar o que é desejado, nós somos a opção certa”. O segundo tipo de raciocínio causal é o **pragmático**. Nesse caso, o discurso é estruturado em termos de causa e consequência, apresentando de forma clara os passos que serão seguidos. O objetivo é convencer o público de que esse caminho proposto é o único viável, ou seja, se a sequência de ações for interrompida, não será possível alcançar os resultados desejados. Por fim, Charaudeau (2006) apresenta o uso da **analogia**, onde o político recorre a eventos

ou situações negativas que a sociedade já vivenciou ou teme vivenciar. Ao fazer essa comparação, o objetivo é reforçar o impacto indesejável dessas circunstâncias, sugerindo que o plano proposto evitará que a população passe novamente por algo semelhante.

Retomando as condições, Charaudeau (2006) apresenta a **condição de credibilidade**, que é composta por quatro *ethos*: o *ethos* de **lucidez**, que mostra que o agente político se coloca no lugar do cidadão de saber a situação que eles se encontram; o *ethos* de **engajamento**, que vai expressar a vontade de agir; *ethos* de **autoridade**, que se coloca como portador da voz do povo para questionar com os agentes superiores; em consequência do *ethos* de autoridade, temos o *ethos* de **virtude**, que se coloca como uma pessoa ética, que não busca se aproveitar do cargo que exerce para fins pessoais.

Finalizando as condições propostas por Charaudeau (2006, p. 267), temos a **condição de dramatização**, essa condição tem como objetivo geral “[...] animar a cena da vida política empregando palavras e argumentos que emocionem”. Para isso, pode-se usar os **argumentos mais ou menos diretos de ameaça**, que cria um senso de perigo iminente que pode motivar o público a agir de acordo com a proposta do orador; **argumentos apresentando um dilema**, o agente político apresenta uma situação em que a audiência sente que precisa fazer uma escolha difícil, sugerindo que uma decisão errada terá consequências desastrosas; **argumentos de desqualificação do adversário**, aqui, o foco é desacreditar o oponente, criando desconfiança na audiência em relação à sua integridade e, assim, reforçando a posição do orador como mais confiável, ou também a **contradição** do adversário, usando de suas falas contraditórias como arma para convencer a população.

As estratégias discursivas propostas por Charaudeau destacam como os políticos estruturam suas ideias e ações com o objetivo de convencer a população eleitora sobre o que está sendo prometido. Essas estratégias envolvem uma articulação bem planejada para conquistar a confiança da instância cidadã, buscando fazê-la acreditar nas intenções e compromissos da instância política.

3.2 Discurso Político no X

Nas últimas décadas, a *internet* foi cada vez mais utilizada como ferramenta para fins políticos (Andrés; Uceda, 2011). Antigamente, o rádio, televisão e até mesmo o jornal eram usados como recurso de interação com os cidadãos, entretanto, essa comunicação era unilateral, uma vez que, a comunidade de modo geral não conseguia alcançar esses líderes, para, de fato, haver uma troca mútua. A adesão das redes atualmente é vista como uma ferramenta essencial quando falamos em política.

“As redes sociais, embora estejam na moda, não são uma moda [...]. As pessoas que querem influenciar, além de manter uma relação direta e pessoal, terão que estar, queiram ou não, nas redes sociais” (Andrés; Uceda, 2011, p. 92, tradução nossa)¹⁰. Levando em consideração esse pensamento, podemos entender que é necessário que as pessoas em cargos políticos estejam presentes nas redes, que essa forma de fazer política não é algo momentâneo. Para concluir esse pensamento, é importante reforçar que o ator político não basta ter uma conta em alguma rede, mas deve também ser ativo nelas, interagindo com os cidadãos, publicando conteúdo e se fazendo presente no *online*.

“A finalidade das redes sociais na *internet* é, antes de tudo, a promoção e intensificação da comunicação, a troca de informações e o compartilhamento de vozes e discursos [...]” (Fritz, 2019, p. 147). Essa citação destaca a importância das redes sociais para o discurso político, pois, ao promover uma intensa troca de informações e facilitar a comunicação, elas se tornam ferramentas de diálogo entre políticos e a população. Esse espaço permite que cidadãos façam suas reivindicações e expressem descontentamento com políticas públicas que não atendam às expectativas eleitorais, conforme observado por Andrés e Uceda (2011).

Outro aspecto importante é a capacidade das redes sociais de mobilizar e engajar eleitores. Movimentos sociais e campanhas de base frequentemente utilizam essas plataformas para organizar eventos, protestos e ações coletivas. Hashtags e vídeos virais podem rapidamente chamar a atenção para questões específicas, gerando pressão pública sobre autoridades e influenciando a agenda política (A Influência, 2024).

¹⁰ Original: “Las redes sociales, aunque estén de moda, no son una moda [...]. Las personas que quieren influir, además de mantener la relación directa y personal, tendrán que estar, lo quieran o no, en las redes sociales.”

Além das trocas entre a sociedade e os políticos, as manifestações políticas se tornaram mais viáveis, tendo em vista o baixo custo e alto alcance, uma vez que, qualquer pessoa com acesso à *internet* e uma conta podem tecer comentários e engajar a favor ou contra as mais diversas causas (A Influência, 2024).

Uma das redes que despontam no âmbito político é o X, inicialmente conhecido como *Twitter*. O X se destaca no discurso político por características específicas da rede, por exemplo a seção de “Assuntos do Momento”, que põem em foco assuntos que estão sendo comentados com frequência, ou termos muito repetidos. Bem como o fato de a plataforma estar sendo usada cada vez mais por políticos, com o objetivo de se aproximar dos eleitores e da comunidade em geral, bem como com a intenção de reforçar seus ideais políticos, assim como apontado pela matéria do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP, 2023).

O X é uma rede social de *microblogging*¹¹ que permite aos usuários da versão gratuita da plataforma fazer publicações com até 280 caracteres, enquanto uma pessoa com algum dos pacotes de assinaturas disponibilizados pode fazer uma publicação com até 4.000 caracteres. Essas pessoas com assinaturas também têm outros benefícios, como por exemplo um selo de verificado, que para os políticos serve como forma de indicar que aquela conta é a oficial. Dentre os *posts*, o usuário pode incluir até 4 fotos, um *GIF*, ou um vídeo. Além desses elementos, também pode ser feito as sequências, ou *threads* como também é conhecido pelos usuários. Uma sequência no X é uma série de posts conectados de um mesmo usuário. Com uma sequência, você pode fornecer contexto adicional, uma atualização ou uma abordagem ampliada conectando vários *posts* juntos¹².

O X, enquanto mídia social, tem o papel de uma ponte que facilita a comunicação da população civil com os políticos, assim como explicitado por Andrés e Uceda (2011), as redes, de modo geral, vêm para democratizar a interação entre os políticos e cidadãos, na qual os cidadãos podem tecer críticas ao político, ter acesso a suas propostas e seus trabalhos, entre outras atividades desenvolvidas pelos políticos. “O Twitter implica passar do monólogo ao diálogo, um diálogo em

¹¹ “[...] é uma estratégia de compartilhamento de conteúdo focada em trechos mais curtos e diretos, criando uma comunicação mais eficiente para os canais digitais” (Camargo, 2024).

¹² Como Criar (2024)

que ambas as partes participantes têm as mesmas possibilidades de interagir" (Andrés; Uceda, 2011, p. 96, tradução nossa)¹³.

¹³ Original: "Twitter supone pasar del monólogo al diálogo, un diálogo en el que las dos partes participantes tienen las mismas posibilidades de interactuar."

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter descritivo-interpretativo, uma vez que busca investigar fenômenos discursivos e sociais em um contexto real. De acordo com Paiva (2019), Flick (2007, p. ix) traz que as pesquisas qualitativas visam "compreender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, a partir de seu interior, de diferentes formas".

No caso da pesquisa descritivo-interpretativa, a descrição, segundo Nunes, Nascimento e Alencar (2016, p. 146), tem como objetivo analisar dados, registrar e interpretar os fatos do mundo físico, sem a interferência direta do pesquisador, enquanto a interpretação, com base no interpretativismo, aponta que não é possível observar o mundo sem considerar as práticas sociais (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 34).

Com base nesses conceitos, a análise dos discursos políticos da Deputada Erika Hilton, focando na comunidade LGBTQIAPN+, na rede social X, foi conduzida. Selecionamos postagens destacadas pela Deputada que tratam da temática abordada por esta pesquisa. A partir dessa análise, buscamos não apenas descrever o conteúdo das postagens, mas também entender como essas representações públicas conferem visibilidade à comunidade LGBTQIAPN+.

4.2 Procedimentos de coleta de dados

O objeto desta pesquisa são algumas postagens publicadas pela Deputada Federal Erika Hilton na rede social X, em especial as postagens disponíveis na seção de "destaques" de seu perfil. O *corpus* da pesquisa é composto por três postagens feitas pela parlamentar, multissemiótico, publicadas no período de 2023-2024, em que a comunidade LGBTQIAPN+ é mencionada. Esse recorte temporal coincide com o exercício de Hilton como Deputada Federal.

O perfil oficial da Deputada Federal Erika Hilton, identificado pelo usuário @ErikakHilton, conta atualmente com 765 mil seguidores¹⁴. Criada em junho de 2016, época em que ela se filiou ao PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, a conta

¹⁴ Acesso em: 16 de nov. 2024.

é utilizada ativamente para fins profissionais. Desde então, Hilton mantém uma presença constante na rede social, frequentemente abordando temas relacionados aos direitos dos brasileiros e promovendo discussões relevantes para o contexto político.

Assim como já mencionado, as postagens foram coletadas diretamente da seção de "destaques" do perfil oficial da Deputada, um recurso específico para contas verificadas como a dela. Após a aquisição do X pelo empresário Sul-Africano, Elon Musk, a função de verificado passou a ser paga, esse selo antes era dado para personalidades públicas como forma de validar sua identidade. Além da alteração das contas verificadas, uma nova função adicionada no X que nos interessa, são os "destaques". Esse recurso é utilizado para destacar mensagens que os perfis desejam evidenciar ao público, o que, no caso da política, é uma importante ferramenta para atrair e convencer eleitores.

As postagens selecionadas foram aquelas em que a parlamentar aborda diretamente questões relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+ e suas lutas, nos destaques da sua conta oficial na plataforma X, alinhadas com o objetivo da pesquisa. Esse critério de seleção permitiu focar nas narrativas que tratam da representatividade e das pautas políticas em defesa desse grupo.

As postagens analisadas refletem a atuação pública da Deputada sobre a comunidade LGBTQIAPN+, tornando-se relevantes para o estudo dos discursos que constroem e influenciam a percepção pública sobre questões de poder, subjetivação e biopolítica, à luz das teorias de Michel Foucault, além disso, também explicita quais os recursos usados pela parlamentar no *corpus* analisado, seguindo os pressupostos de Patrick Charaudeau. A escolha de analisar essa comunidade se justifica ainda pelo fato de o Brasil ser o país com maior número de homicídios contra pessoas LGBTQIAPN+ (Vidica, 2023).

A análise focou em observar como as postagens da deputada refletiam questões de gênero e identidade, descrever os recursos discursivos que fundamentavam sua defesa e refletir sobre a representatividade da comunidade LGBTQIAPN+. A análise dessas questões permitiu compreender as relações entre poder, identidade e resistência, evidenciando como a Deputada utilizava seu discurso para articular a vivência e os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no cenário político brasileiro.

4.3 Procedimentos de análise de dados

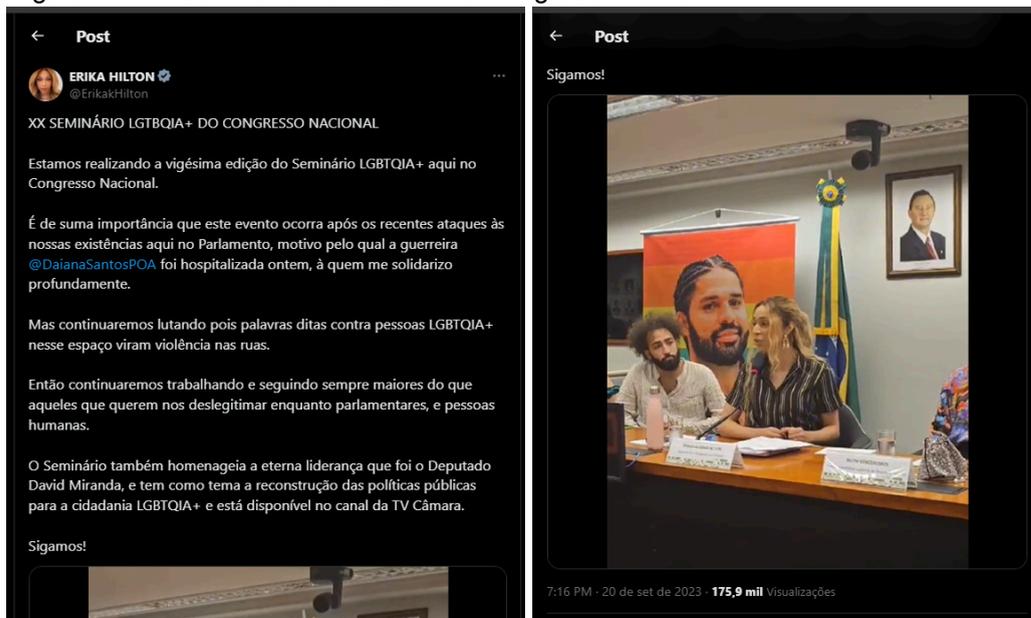
A interpretação dos dados será realizada com base nos conceitos de biopoder e questões de gênero, seguindo os pressupostos de Foucault, permitindo uma compreensão mais aprofundada das implicações sociais e políticas das mensagens transmitidas. Além disso, serão consideradas as teorias de Charaudeau sobre a formação dos discursos políticos. A análise também levará em consideração o contexto histórico e social em que essas postagens foram feitas, buscando relacionar as narrativas da Deputada com os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil contemporâneo. Será analisado também o impacto desses discursos, proferidos por uma pessoa com ampla visibilidade na mídia, para garantir que essa comunidade marginalizada tenha voz, ajudando-a a conquistar seus direitos e a evidenciar sua presença no cenário político e, conseqüentemente, na sociedade.

Primeiramente, o procedimento de análise envolve observar como a deputada se pronuncia em sua conta profissional sobre questões de gênero e identidade. Para isso, foi realizada uma seleção das publicações em que ela menciona a comunidade LGBTQIAPN+. Em seguida, identificaram-se as postagens nos "destaques" que abordam essas questões, com uma análise de conteúdo para mapear os principais recursos discursivos utilizados pela deputada. Outro procedimento relevante é analisar as estratégias argumentativas presentes nas postagens, com ênfase no uso do *ethos* de engajamento e como esses recursos são empregados para fortalecer suas posições. Por fim, será avaliado como as postagens destacam a comunidade LGBTQIAPN+, com foco nos recursos discursivos que reforçam a visibilidade e o apoio às demandas desse grupo. Com esses procedimentos definidos, segue a análise das postagens da deputada Erika Hilton, a fim de explorar as estratégias discursivas que sustentam sua defesa da comunidade LGBTQIAPN+.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A priori, é importante destacar que, por se tratar de uma pessoa pública, a Deputada Federal Erika Hilton ocupa uma posição de direito privilegiado assim como discutido por Foucault (1996), uma vez que está em um cargo de visibilidade e, no contexto político, está acima da população em geral, seguindo o pressuposto de Charaudeau (2006). A posição que a Deputada ocupa torna-a “apta” a abordar e discutir questões frequentemente vistas como tabu, como a comunidade LGBTQIAPN+ e a viabilidade de seus direitos. Ao utilizar sua voz para trazer visibilidade e apoiar essas pautas, ela contribui para a quebra de processos de exclusão, tendo em mente o conceito de interdição proposto por Foucault (1996).

Figura 1 – XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional



Fonte: @ErikakHilton na rede social X

A primeira publicação analisada (FIGURA 1), se trata de um *post*, publicado em 20 de setembro de 2023, em que a Deputada Federal Erika Hilton comenta por escrito sobre a importância do XX Seminário LGBTQIA+. O evento possibilita um amplo debate sobre a resistência dessa comunidade no Brasil e no mundo, destacando a luta por maior acesso e direitos. Podemos perceber Hilton usando a condição de credibilidade, em específico o *ethos* do engajamento para assegurar aos brasileiros seu compromisso na luta da causa LGBTQIAPN+, buscando mostrar seu desejo de continuar na luta e sua solidariedade para com as pessoas que se

identificam nessa comunidade. Esse *ethos* fica mais fácil de identificar no seguinte trecho:

Mas **continuaremos** lutando pois palavras ditas contra pessoas LGBTQIA+ nesse espaço viram violência nas ruas. Então **continuaremos** trabalhando e seguindo sempre maiores do que aqueles que querem **nos** deslegitimar enquanto parlamentares, e pessoas humanas (Hilton, 2023a, grifo nosso).

A Deputada recorre aos verbos conjugados na primeira pessoa do plural para se posicionar como parte integrante da causa e reforçar seu papel enquanto agente política, demonstrando à população seu interesse e compromisso com essa luta. Além disso, o uso desse tipo de conjugação pode indicar uma ideia de pluralidade, uma luta conjunta.

Quando partimos para o vídeo, percebemos o quanto a Deputada luta e pretende continuar lutando a favor da viabilização dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, podemos notar isso no seguinte trecho no qual Hilton fala de sua participação no Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional e nos objetivos traçados pelos membros do seminário:

[...] Esse seminário que ocorre aqui, este ano, ocorrerá no ano seguinte, **nós estaremos** aqui ocupando com **nossos corpos** esta casa. Ele reflete o trabalho árduo e constante que **nós devemos** ter na construção de uma perspectiva de futuro mais possível, futuro aonde **nossos corpos** não sejam apenas retratados através da mazela, do ódio, da violência, da combatividade [...] (Hilton, 2023a, grifo nosso).

No recorte acima, podemos identificar o *ethos* de lucidez, que diz respeito ao reconhecimento dos problemas que a sociedade ou que alguns grupos enfrentam. Isso acontece pela relação intrínseca das vivências da Deputada na sua vida pessoal, enquanto pessoa trans, e que viu de perto os desafios que pessoas transexuais enfrentam, e esses tipos de dificuldades também podem ser expandidos para a comunidade LGBTQIAPN+ de modo geral, pois se trata de um grupo que ainda é marginalizado na sociedade brasileira.

Nós somos parte da sociedade brasileira, e diferente daquilo que dizem eles, baseado em dados que são vozes das suas cabeças, **nós temos** cada vez mais disputado uma narrativa na sociedade para que a sociedade compreenda, trabalhe, lide com a comunidade LGBTQIA+, de forma humanizada, respeitosa, porque no fim do dia, o que **nós estamos** clamando, o que **nós estamos** buscando e o que **nós estamos**

construindo, é o reconhecimento da nossa humanidade, que é constantemente roubada, no primeiro país do mundo que ainda **nos** mata das formas mais perversas, mais cruel (Hilton, 2023a, grifo nosso).

Nos destaques acima podemos entender ainda que a Deputada está se colocando como parte da comunidade, destacando suas vivências enquanto pessoa trans, evidenciando as crueldades que pessoas LGBTQIAPN+ ainda encontram, mesmo que busquem por direitos que, na teoria, deveriam ser concedidos a todos e além dos direitos, a humanização.

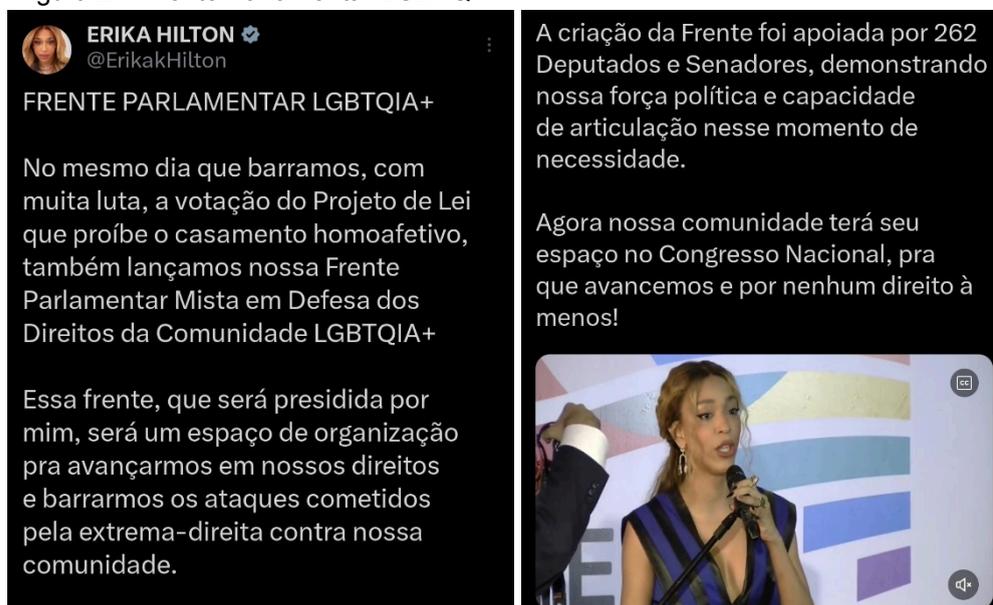
Nós estamos vivendo uma vanguarda do retrocesso, esta casa legislativa fede a naftalina, porque ela é retrógrada, é ultrapassada, e a **nossa** presença aqui com este seminário, a **nossa presença** aqui com a frente parlamentar, a **nossa presença** aqui com os **nossos mandatos** LGBTQIA+, mandam recado, que **nós tiraremos** o cheiro de naftalina dessa velha guarda, nefasta, cafona e horrorosa, e **traremos** cheiro de vida, de emancipação, as cores de **nossas bandeiras**, porque já não há mais espaço para a reconstrução de um país que passe por cima das **nossas vozes**, que passe por cima dos **nossos direitos** e que siga **nos tratando** como cidadãos de segunda classe (Hilton, 2023a, grifo nosso).

Por fim, no recorte apontado acima, Erika Hilton destaca a luta que ela e outros parlamentares que se identificam com a luta dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ estão enfrentando, com o objetivo de renovar o congresso brasileiro e trazer novas ideias, nova vida, pessoas que buscam a igualdade e liberdade da sociedade, sem exclusões. Ela faz isso usando o argumento de desqualificação, quando fala “Nós estamos vivendo uma vanguarda do retrocesso, esta casa legislativa fede a naftalina, porque ela é retrógrada, é ultrapassada [...]”. Além do argumento de desqualificação, ela traz o *ethos* de engajamento logo em seguida, no qual diz “[...] nós tiraremos o cheiro de naftalina dessa velha guarda, nefasta, cafona e horrorosa, e traremos cheiro de vida, de emancipação, as cores de nossas bandeiras [...]”.

Neste *post*, percebemos como a deputada usa o *ethos* de lucidez como uma forma de passar para a população que ela compreende os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ e está ciente das dificuldades impostas por uma estrutura política conservadora. Ao combinar o *ethos* de lucidez com o de engajamento, Erika Hilton reforça seu compromisso em lutar por mudanças efetivas, trazendo esperança para as minorias que ainda enfrentam preconceitos e exclusões. Essa postura evidencia como a parlamentar utiliza seu discurso para mobilizar tanto

a base política quanto os cidadãos, promovendo uma narrativa de renovação e inclusão no cenário legislativo brasileiro.

Figura 2 – Frente Parlamentar LGBTQIA+



Fonte: @ErikakHilton na rede social X

O segundo *post* (FIGURA 2), publicado em 21 de setembro de 2023, se trata de um recorte no qual a deputada debate sobre a Frente Parlamentar LGBTQIA+. Assim como dito por Hilton, essa frente visa lutar para garantir os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no Congresso Nacional. No comentário pode-se perceber uma combinação de Erika Hilton enquanto pessoa LGBTQ+ e Erika Hilton enquanto Deputada Federal.

No seguinte trecho, podemos inferir que quando a Deputada usa os trechos destacados, está se referindo aos políticos que, assim como ela, foram contra o PL que estava em discussão. “No mesmo dia que **barramos**, com muita luta, a votação do Projeto de Lei que proíbe o casamento homoafetivo, também **lançamos nossa** Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Comunidade LGBTQIA+” (Hilton, 2023b, grifo nosso).

Em um trecho seguinte a deputada fala “[...] será um espaço de organização pra **avançarmos** em **nossos direitos** e **barrarmos** os ataques cometidos pela extrema-direita contra **nossa** comunidade” (Hilton, 2023b, grifo nosso). Nesse contexto, podemos interpretar que a parlamentar usa a conjugação na primeira

pessoa para falar do avanço dos direitos, se incluindo como pessoa LGBTQ+ e incluindo também os políticos que são integrantes dessa frente parlamentar.

No vídeo, a primeira pessoa do plural é usada provavelmente para criar um diálogo entre as vivências pessoais e profissionais, tanto da Erika Hilton, quanto de outros políticos que estão fazendo parte da Frente Parlamentar LGBTQIA+. No seguinte trecho:

[...] Se **nós**, com o espaço que **temos**, no espaço que **ocupamos**, **ouvimos**, sem o menor tipo de pudor, os mais diversos tipos de ataques, cotidianamente, o que não acontece com aquela jovem travesti que foi expulsa de casa, que tá nas esquinas? que tá abandonada? Que não reconhece os seus direitos? É por elas que **nós estamos** aqui, é por aquelas que tombaram e não puderam chegar até aqui, e é por elas que ainda estão lá tombando, que **nós estamos** aqui, **seguiremos** aqui. **Seguiremos** de pé, **seguiremos organizadas**, **seguiremos mobilizadas** (Hilton, 2023b, grifo nosso).

Nesse recorte, podemos perceber as conjugações em primeira pessoa com uma perspectiva de relatar uma vivência enfrentada por muitas travestis no Brasil, podemos ainda ligar esse relato diretamente com a história de vida da Deputada, que também se viu nessa fragilidade de precisar vender seu corpo para conseguir sobreviver após ser expulsa de casa devido ao fato de ser travesti (aparição do *ethos* de engajamento).

Quando a parlamentar traz essa fala sobre pessoas que infelizmente têm essas vivências da prostituição por necessidade e que não conhece seus direitos, nem tem seus direitos reconhecidos, podemos entender que, enquanto pessoa que compartilha da mesma experiência de muitas dessas, a Deputada quer se colocar na posição da pessoa que vai notar esse grupo marginalizado, e prover, com o que estiver ao seu alcance, direitos para que essa população tenha uma vida digna, usando do seu *ethos* de autoridade para realizar tal feito.

Nessa publicação como um todo, a Deputada usa do *ethos* de lucidez, engajamento e autoridade para se mostrar conhecedora da luta, por também vivenciar os desafios que essa minoria enfrenta e ainda usando do seu discurso político para demonstrar para esse grupo que ela e outros que também ocupam cargos de poder, estão dispostos a fazer o necessário para garantir que os direitos dessa população sejam cumpridos.

Figura 3 – Casamento igualitário: eu digo sim



Fonte: @ErikakHilton na rede social X

A publicação da figura 3, foi publicada no dia 13 de agosto de 2024. O *post* é composto por um comentário e vídeo que se trata de um recorte de Hilton argumentando na Câmara dos Deputados, localizada na Praça dos Três Poderes, em Brasília, juntamente de um comentário que trata a temática que está em pauta no vídeo. A postagem em questão aborda o debate do Projeto de Lei 580/07, que trata do contrato civil de união homoafetiva. Esse Projeto de Lei (PL) de autoria do Deputado Federal Clodovil Hernandez, foi apresentada em 2007, e está em discussão até o momento vigente da elaboração deste trabalho, com a ementa de alterar a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.

No comentário da publicação, a Deputada se posiciona diretamente a favor do casamento igualitário, usando da sua instância política (Charaudeau, 2011) para representar a população de modo geral, e defendendo, nesse caso, as pessoas que têm relações homoafetivas. Ainda na parte dos comentários, a Deputada critica a bancada “fundamentalista”¹⁵ e também os “bolsonaristas”, com uma previsibilidade das ações dele, quando usa o “obviamente”. Os “bolsonaristas” são definidos por Pinheiro-Machado e Freixo, como:

¹⁵ “[...] para o fundamentalismo, a verdade religiosa é pressuposto para a ação política. Seu alvo é a sociedade perfeita. A sociedade perfeita só se estabelece quando todos se submetem à verdade religiosa[...]” (Dreher, p. 25). Levando em consideração essa definição, podemos compreender a bancada fundamentalista como sendo aquela que é contra relacionamentos homoafetivos, pessoas transexuais e todos os outros conceitos que, na visão deles, fogem do que está escrito na bíblia.

[...] um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo (Pinheiro-Machado; Freixo, 2019, p. 18).

Esses grupos possuem ideias opostas aos da Deputada, e, assim como mencionado em seu comentário, além de divergirem ideologicamente, também se mostraram contrários ao seu posicionamento em relação ao PL. A congressista aponta ainda as falas “LGBTfóbicas” dessa frente opositora. Ao final do comentário ela menciona que essa oposição tentou atrasar a discussão e a votação do PL 580/07, visando impedir sua aprovação. Se mostrando uma voz para a causa, a Deputada assegura que fará de tudo para que o relatório apresentado seja aprovado, garantindo assim o direito de casais homoafetivos se casarem.

No fim do comentário, a Deputada usa a palavra de decisão (Charaudeau, 2006) como recurso para assegurar à população seu posicionamento acerca do tema debatido, que visa garantir direitos aos casais homoafetivos, usando da sua voz e seu poder para representar a comunidade LGBTQIAPN+. Embora sua ação se oponha ao controle da população, ao mesmo tempo, ela faz uso do biopoder para promover tais mudanças, atuando sobre as vidas e direitos desses indivíduos de forma positiva, mas ainda dentro das dinâmicas de poder.

Tomando como base os pressupostos dos teóricos sobre essas temáticas, podemos mencionar o uso da condição de credibilidade (Charaudeau, 2006), combinando o *ethos* de engajamento e também o *ethos* de autoridade, esses *ethos* combinam a vontade de agir com a vontade de dar voz para a população. Podemos perceber isso no início do comentário quando a Deputada usa “EU DIGO SIM” juntamente com a bandeira comumente usada pela comunidade LGBTQIAPN+ deixando claro desde o início seu posicionamento acerca da temática debatida, além disso, pode-se perceber no seguinte trecho como ela assume uma posição ativa e determinante na aprovação do PL em discussão.

No recorte em questão, a Deputada fala “Isso é **uma grande alegria pra mim**, pois o relatório anterior deste Projeto é aquele que queria PROIBIR o casamento homoafetivo, e **combatemos** com todas as **nossas** forças no ano passado” (Hilton, 2024, grifo nosso). Nas partes destacadas, podemos interpretar

que a Deputada se insere diretamente na luta, quando cita sua alegria por conseguir dar continuidade ao relatório que visa alterar o código civil para inserir o casamento homoafetivo, uma vez que, outros membros do parlamento debateram anteriormente para que esse tipo de união não fosse aprovado pela lei. Ainda nas partes destacadas, Hilton utiliza os verbos conjugados na primeira pessoa do plural, assumindo um papel ativo e engajado, e busca representar aqueles que desejam a validação civil de suas uniões.

Outro trecho que podemos notar seu engajamento e sua inserção na causa está localizado no final do comentário em que a Deputada fala “[...] o **votaremos** e **farei** de tudo para que ele seja aprovado. Porque o ódio do outro ao **nosso** direito ao amor nunca **nos** pautará e nunca **nos** amedrontará. **Sigamos**, lutando e amando!” (Hilton, 2024, grifo nosso). A Deputada usa novamente a ferramenta dos verbos conjugados na primeira pessoa do plural, deixando a entender seu pertencimento na causa e na luta.

Partindo para o vídeo, Hilton argumenta contra o comentário de um colega de parlamento, o Deputado Federal Gilvan Aguiar Costa¹⁶, com ideias contrastantes ela usa a fala do colega Deputado com um argumento de desqualificação do adversário (Charaudeau, 2006), citando diretamente a fala do outro deputado, sendo ela “na minha opinião Deus fez o homem e a mulher”, a parlamentar usa dessa opinião do colega para argumentar que as crenças pessoais do deputado não devem entrar em questão nesse debate, pois, assim como a deputada argumenta:

“O parlamento não deve ser conduzido pela opinião ou pela moral das pessoas. O parlamento deve ser conduzido pelas necessidades populares, pela Constituição, pela legislação e pelo interesse do povo, e não pela opinião de um Deputado ou de outro, que tem a audácia em falar em liberdade individual para defender o armamento, mas quer invadir a liberdade individual de pessoas decidirem com quem elas querem casar, com quem elas querem amar, com quem elas querem se deitar” (Hilton, 2024).

Nesse trecho podemos identificar o uso do argumento de desqualificação como ferramenta para mostrar para a população que, naquele ambiente, a opinião não é algo que deve ser justificativa para decidir o bem da nação, ela faz isso

¹⁶ Gilvan Aguiar Costa é Deputado Federal do Espírito Santo, titular em exercício do mandato de 2023-2027, filiado ao PL (Partido Liberal), o parlamentar é atualmente titular da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

utilizando de uma outra opinião do colega Deputado para usar como argumento e apontar que talvez suas ideias não sejam coerentes, uma vez que, tal deputado supostamente é a favor da liberdade individual quando o assunto é o porte de armas, mas não segue esse mesmo pensamento quando se é tratado das relações entre pessoas do mesmo sexo.

Hilton usa ainda de algumas respostas do mesmo Deputado para colocá-lo no papel de uma pessoa homofóbica, acusação feita anteriormente pela Deputada Federal Érika Jucá Kokay¹⁷, e que foi retomada por Erika Hilton. A deputada segue a mesma linha de pensamento da colega Deputada e ainda complementa-a:

[...] negar o direito de pessoas LGBTQs, fazer as falas que ele recorrentemente faz dentro desta comissão o coloca sim no lugar de uma pessoa homofóbica [...] e **nós** não vamos medir esforços e muito menos palavras na manutenção dos **nossos** direitos, **nós** temos aqui uma disputa clara, nós não estamos aqui para fazer essa disputa ideológica, esse terrorismo que eles fazem, nós estamos aqui para dizer que existem pessoas na sociedade brasileira que morrem até hoje pela cor da sua pele, pela sua identidade de gênero, pela sua orientação sexual [...] **Seguiremos** defendendo **nossos** direitos, **seguiremos** defendendo a democracia, **seguiremos** defendendo a vida e não permitindo que essas opiniões contra a **nossa** vida prevaleçam e ganhem força no parlamento brasileiro [...]” (Hilton, 2024, grifo nosso).

Os destaques feitos no recorte acima apontam os momentos em que Hilton se coloca como pertencente à luta, assim como visto em trechos anteriores, usando novamente o argumento de desqualificação como uma ferramenta do seu discurso, assim como dos *ethos* de engajamento e de autoridade, esses dois *ethos* se manifestam com o uso da primeira pessoa do plural, quando fala na sua posição de pessoa que luta pela causa LGBTQIAPN+ e autoridade política. Um exemplo dessas duas posições pode ser visto em “[...] nós não vamos medir esforços e muito menos palavras na manutenção dos nossos direitos [...]” e “[...] nós temos aqui uma disputa clara, nós não estamos aqui para fazer essa disputa ideológica [...]”. O primeiro trecho pode ser interpretado como uma fala em que ela se coloca pertencente à luta, enquanto no segundo trecho, apesar de também usar a primeira pessoa do plural, podemos entender que ela se coloca na posição de autoridade política.

¹⁷ Filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores), é Deputada Federal pelo Distrito Federal. É integrante titular das seguintes comissões: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

A análise das postagens da Deputada Erika Hilton revela como sua atuação discursiva reforça seu compromisso com a causa LGBTQIAPN+. Por meio de estratégias de engajamento e autoridade, Hilton se posiciona como uma defensora ativa e pertencente à causa, buscando legitimar e amplificar as demandas dessa comunidade. Além disso, o uso do *ethos* de lucidez permite que ela valide as dificuldades enfrentadas pela população LGBTQIAPN+, criando uma conexão com suas vivências e necessidades. Esses recursos discursivos evidenciam o papel das redes sociais como espaço de expressão e defesa de minorias, possibilitando que a Deputada Erika Hilton comunique seu apoio e mobilize debates em torno dos direitos LGBTQIAPN+ de maneira acessível e direta.

6 CONCLUSÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o discurso político da Deputada Federal Erika Hilton na rede social X, observando como a legisladora se pronuncia em seu perfil acerca de questões de gênero e identidade; descrevendo e apontando os recursos discursivos utilizados e adotados pela parlamentar para fundamentar sua defesa; e refletir sobre a representatividade da comunidade LGBTQIAPN+ nos destaques do perfil oficial da Deputada Federal.

O biopoder, conforme abordado por Foucault, se manifesta ao longo das postagens analisadas, uma vez que, ao discutirmos a imagem política e os direitos de uma sociedade, estamos diretamente lidando com esse tipo de poder. O biopoder se expressa ao restringir ou ampliar o direito de ser e existir dentro de uma sociedade. Nas postagens de Erika Hilton, ao defender os direitos da comunidade LGBTQIAPN+, a deputada não apenas desafia as normas que limitam essas identidades, mas também amplia o reconhecimento e os direitos dessa população marginalizada. Nesse contexto, o biopoder se torna um mecanismo que, ao ser confrontado por discursos como o dela, pode ampliar as liberdades e os direitos de existência dessa comunidade, contrariando as lógicas de exclusão.

A análise das postagens selecionadas permitiu observar como a deputada utiliza estratégias discursivas para construir uma representação ativa e engajada em defesa da comunidade LGBTQIAPN+. Suas postagens não apenas demonstram seu comprometimento com a causa, mas também visam fortalecer a visibilidade e a valorização desse grupo no contexto político brasileiro.

Destacaram-se, em particular, os *ethos* de engajamento e autoridade, que reforçam sua posição como representante ativa da luta pelos direitos LGBTQIAPN+. Por meio do *ethos* de lucidez, Erika Hilton se conecta emocionalmente com as experiências e desafios enfrentados por essa minoria, construindo uma identificação mútua e autêntica que inspira confiança em seu papel. Além disso, ao usar o argumento de desqualificação do adversário, Hilton se posiciona de maneira crítica em relação a discursos políticos que desconsideram ou ignoram os direitos dessa comunidade, fortalecendo seu compromisso com a defesa dessa pauta.

Essas estratégias discursivas ressaltam as redes sociais como espaços essenciais para resistência e representação, especialmente para políticos como Erika Hilton, que, através de discursos de identificação e empatia, transformam a

percepção pública e promovem o debate sobre os direitos LGBTQIAPN+. A presença *online* amplifica ainda mais essa representação, dada a acessibilidade da *internet*, que elimina barreiras geográficas e permite que esses temas atinjam um público muito maior. Assim, discussões que começam nas redes podem se propagar sem limites, criando um ambiente em que qualquer pessoa com um dispositivo móvel pode se engajar ativamente.

Ademais, o ambiente virtual permite respostas rápidas e acessíveis, facilitando que temas urgentes, como por exemplo a acerca da PEC pelo fim da escala 6x1, a luta pelo casamento igualitário, entre outros debates que tratam sobre os direitos da sociedade como um todo, ganhem visibilidade imediata e envolvam pessoas com novas perspectivas e informações. Essa interação constante não só democratiza o acesso ao conhecimento, mas também possibilita uma conscientização coletiva sobre essas pautas, tornando o engajamento nas redes um meio poderoso para fortalecer e dar visibilidade às causas de grupos historicamente silenciados.

Acreditamos que os objetivos deste trabalho foram alcançados, ao analisarmos o discurso político da Deputada Federal Erika Hilton na rede social X, bem como observar como a legisladora se pronuncia em seu perfil acerca de questões de gênero e identidade; descrever e/ou apontar os recursos utilizados e/ou adotados pela parlamentar para fundamentar sua defesa; por fim refletir sobre a representatividade da comunidade LGBTQIAPN+ nos destaques do perfil da Deputada Federal. Outrossim, esperamos que este estudo seja ampliado no futuro, com um recorte mais amplo e diferentes pontos de vista sobre a temática analisada.

REFERÊNCIAS

A INFLUÊNCIA das Redes Sociais na Política. Qual o real impacto?. **UNICEP**, 2024. Disponível em:

<https://www.unicep.edu.br/post/a-influ%C3%Aancia-das-redes-sociais-na-pol%C3%ADtica-qual-o-real-impacto>. Acesso em: 02 nov. 2024.

ANDRÉS, Roberto Rodríguez; UCEDA, Daniel Ureña. Diez razones para el uso de Twitter como herramienta en la comunicación política y electoral. *In*: VALLVEY, Fernando Martínez. **Comunicación y Pluralismo**. 10. ed. Salamanca: Universidade Pontificia de Salamanca, 2011. cap. 6, p. 89-116.

AZEVEDO, Reinaldo. Erika Hilton fala sobre sua história e seu papel na Câmara dos Deputados | Reconversa #11. Youtube, 23 maio 2023. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=aT57A2FWIKc>. Acesso em: 05 set. 2024.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O Professor Pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

BUTLER, Judith. **A Vida Psíquica do poder**: teorias da sujeição. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. *E-book*.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARGO, Gabriel. Microblogging explicado: entenda o que é e como funciona. *In*: **Rockcontent**. [S. l.], 20 maio 2024. Disponível em:

<https://rockcontent.com/br/blog/microblogging/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. O Discurso Político. *In*: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (org.). **Análise do Discurso**: gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso. Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, 2006. p. 251-267.

COMO CRIAR uma sequência no X. *In*: **Central de ajuda**. [S. l.], 202-. Assistência da plataforma X. Disponível em: <https://help.x.com/pt/using-x/create-a-thread>. Acesso em: 8 nov. 2024.

CPOP. **O Twitter como plataforma de comunicação em ano eleitoral**: as postagens de parlamentares brasileiros entre 2019 e 2022. 2023. Disponível em: <https://cpop.ufpr.br/o-twitter-como-plataforma-de-comunicacao-em-ano-eleitoral-as-postagens-de-parlamentares-brasileiros-entre-2019-e-2022/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

DREHER, Martin Norberto. **Fundamentalismo**. Editora Sinodal, 2006.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p. ISBN 8521801580.

FAIRCLOUGH, Norman. Discourse and power. *In*: FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. 2. ed. EUA: Routledge, 2013. cap. 3, p. 36-63. ISBN-13: 978-0-582-41483-9.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2008. v. 1. 128 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 79 p. ISBN 855013592.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. 13. ed. [s./] Edições Graal, 1999. *E-book*.

FRITZ, Ana Luiza. AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS COMO MEIO DE LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO. **Anais de Constitucionalismo, Transnacionalidade e Sustentabilidade: Seminário Internacional - Universidade de Alicante – Espanha**, [s. /], v. 6, n. 1, p. 138-153, 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/acts/article/view/16602>. Acesso em: 18 out. 2024.

HILTON, Erika. CASAMENTO IGUALITÁRIO: EU DIGO SIM 🏳️‍🌈[...]. [s./], 13 de ago. 2024. X: @ErikakHilton. Disponível em: <https://x.com/ErikakHilton/status/1823473710738866419>. Acesso em: 03 de nov. 2024.

HILTON, Erika. FRENTE PARLAMENTAR LGBTQIA+[...]. [s./], 21 de set. 2023b. X: @ErikakHilton. Disponível em: <https://x.com/ErikakHilton/status/1704911225778229485>. Acesso em: 03 de nov. 2024.

HILTON, Erika. XX SEMINÁRIO LGTBQIA+ DO CONGRESSO NACIONAL [...]. [s./], 20 de set. 2023a. X: @ErikakHilton. Disponível em: <https://x.com/ErikakHilton/status/1704620622339354951>. Acesso em: 03 de nov. 2024.

MENEZES, Penélope. **Erika Hilton: quem é a 1ª mulher trans a liderar bancada no Congresso**. [S. /]: Penélope Menezes, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2024/06/07/erika-hilton-quem-e-a-1-mulher-trans-a-liderar-bancada-no-congresso.html>. Acesso em: 27 jun. 2024.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. **Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré**. 2008. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco,

Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7512>. Acesso em 28 jun. 2024.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho de. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Id On Line Revista de Psicologia**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 144-151, 28 fev. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14295/idonline.v10i1.390>. Acesso em 04 nov. 2024.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019. 160 p. ISBN 978-85-7934-169-4.

ROBINSON, Brandon Andrew. Heteronormativity and homonormativity. **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Gender and Sexuality Studies**, [s. l.], ed. 1, 3 nov. 2024. DOI 10.1002/9781118663219.wbegss013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118663219.wbegss013>. Acesso em: 13 out. 2024.

SILVA, Jose Adailton Barroso; VIEIRA, José Daniel; GRAÇA, Rogério Freire; RODRIGUES, Auro Jesus. Uma breve história sobre o surgimento e desenvolvimento do capitalismo. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 125–137, 2015. Disponível em: <https://periodicos.grupotiradentes.com/cadernohumanas/article/view/1950>. Acesso em: 28 set. 2024

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer: Seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. 84 p. ISBN 9788551302446.

VIDICA, Letícia. LGBTFobia: Brasil é o país que mais mata quem apenas quer ter o direito de ser quem é. **CNN**, [S.l.: s.n.], 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/lgbtfobia-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-quem-apenas-quer-ter-o-direito-de-ser-quem-e/> . Acesso em: 08 ago. 2024.